

# JORNAL FERAESP

JANEIRO DE 2022

O JORNAL DOS ASSALARIADOS RURAIS

WWW.FERAESP.ORG.BR

DESDE 2017 - EDIÇÃO NÚMERO 49

A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos. Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?



Denuncie em nossos canais de comunicação: (14) 32143237 / feraesp@feraesp.org.br  
WhatsApp: (14) 998739557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).

SALARIO MÍNIMO MAIS UMA VEZ SEM AUMENTO REAL **PAG - (2)**

MP 1.099, DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO, É INCONSTITUCIONAL **PAG - (2)**

MESMO COM BENEFÍCIOS EMERGENCIAIS, 1 EM CADA 4 BRASILEIROS VIVIA EM SITUAÇÃO DE POBREZA EM 2020 **PAG - (3)**

CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA (CONCLAT 2022 - EMPREGO, DIREITOS, DEMOCRACIA E VIDA) **PAG - (4)**

## INFLAÇÃO

MÊS DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2021  
ÚLTIMOS 12 MESES

INPC: 10,16%

IPCA: 10,06%



## FERAESP AVANÇA EM POSSIVEL CONVENÇÃO COLETIVA



Presidente da FERAESP

A FERAESP e FAESP, avançou em uma possível Convenção Coletiva de Trabalho a nível estadual.

Há algum tempo, a federação vem realizando reuniões com a federação patronal no intuito de um acordo em relação a uma convenção para dar suporte aos sindicatos de empregados rurais no estado.

Em reuniões já em janeiro e fevereiro de 2022, a FERAESP considera que as negociações estão avançando, sobretudo, em cláusulas que são essenciais a proteção das relações de trabalho entre os empregados e empresas.

A direção da FERAESP está confiante nesse possível acordo, e julga, necessária e urgente uma convenção a nível estadual, dado a precarização do movimento sindical e mercado de trabalho desde o governo Temer (MDB), 2017, e continuada no atual governo Bolsonaro (PL).

Para o presidente da FERAESP, Jotalune Dias dos Santos, o jota, "o esforço que a direção da federação está fazendo é de extrema importância, dada a conjuntura política e econômica desastrosa do governo Bolsonaro, que impactou diretamente as relações de trabalho que, por consequência, atenuou a precarização do mercado de trabalho, com perdas significativas aos empregados rurais de São Paulo".



Da esquerda para direita: Rubens (finanças), Aloísio (Sec. Geral) e Eduardo (D. Sindical)

## SISTEMA DE ARRECADAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site [www.feraesp.org.br](http://www.feraesp.org.br) no link "Sistema de geração de guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: [arrecadacao@feraesp.org.br](mailto:arrecadacao@feraesp.org.br) ou pelo telefone (14) 3214-3237.

JORNAL FERAESP



Fundada em 1989

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva  
Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo.  
CNPJ: 58.998.915/0001-18

Rua Padre João, 1027, Vila Santa Tereza, Bauru - SP - CEP 17014-041.

Fone: (14)3214.3237 e-mail: [feraesp@feraesp.org.br](mailto:feraesp@feraesp.org.br)

Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP

## DIEESE: Salário mínimo mais uma vez sem aumento real



*Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).*

Em 1º de janeiro de 2022, o salário mínimo (SM) oficial do Brasil foi reajustado para R\$ 1.212,00, conforme anunciado pelo governo. O valor resulta do acréscimo de 10,16% - inflação de 2021 medida pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre os R\$ 1.100,00, em vigor durante o ano passado, arredondado para cima (o que corresponde a 10,18%) - rigorosamente, o valor seria de R\$ 1.211,73. Mais uma vez, o piso nacional fica sem aumento real.

Nesses últimos dois anos, a inflação no Brasil, que já era crescente, teve alta na taxa acumulada em 12 meses, a partir do segundo semestre de 2020, como resultado basicamente da elevação dos preços de três grupos de itens que compõem os orçamentos familiares: "Alimentação e bebidas", "Transportes" e "Habitação". Isso significa que aqueles trabalhadores com renda muito próxima ao salário mínimo foram os mais afetados com o rebaixamento drástico do poder de compra.

Nada mais justo e correto, se fossem compensados com algum ganho real de salário (por via de aumento real do SM) para enfrentar o próximo ano, ainda uma incógnita no que se refere ao comportamento dos preços ao consumidor.

## MP 1.099, do serviço voluntário, é inconstitucional



De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP),

Após o presidente da República Jair Bolsonaro (PL) assinar, na última sexta-feira (28), a MP que cria o Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário e o Programa Portas Abertas, a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) enviou ofício ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sugerindo a derrubada da MP 1.099/22. Tal como ocorreu com a rejeição da MP 1.045 no Senado.

O prazo para apresentação de emendas ao texto é de apenas 2 dias úteis. Assim, pelo novo regime de tramitação de medidas provisórias em meio à pandemia, esse prazo se encerrou na quinta-feira (3).

A associação pediu a rejeição sumária e a devolução da MP (Medida Provisória) 1.099, que cria o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário. Segundo a Anamatra, a MP é inconstitucional e, por isso, deve ser rejeitada e devolvida ao governo federal.

O documento foi entregue, nesta quarta-feira (2), ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

O Serviço Voluntário disponibilizado pela MP tem duração prevista até 31 de dezembro deste ano, com a oferta de vagas de trabalho em prefeituras e cursos de qualificação pelo "Sistema S" para jovens entre 18 e 29 anos e trabalhadores acima de 50 anos que estão desempregados há mais de 2 anos.

Pela MP, pretende-se disponibilizar ainda mais de 200 cursos de qualificação, porém o Serviço Voluntário prevê apenas a oferta de uma bolsa, que deve observar o valor do salário mínimo hora. O pagamento do auxílio transporte aos participantes, por exemplo, é opcional.

Para a Anamatra, contudo, denominar o programa como serviço voluntário, causa estranheza. “Dessa forma, é de fácil constatação que, ao menos na perspectiva dos pretensos beneficiários, não há de se falar em prestação de serviço voluntário, nos termos como disciplinado na Lei 9.608/1998”, destaca a entidade no ofício enviado ao presidente do Senado.

## Mesmo com benefícios emergenciais, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza em 2020



Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Cerca de 12 milhões de pessoas viviam em extrema pobreza no Brasil em 2020, ou seja, com menos de R\$155 reais por mês, e mais de 50 milhões, ou 1 em cada 4 brasileiros, viviam em situação de pobreza, com menos de R\$450 por mês. Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais, divulgados pelo IBGE.

O Instituto utilizou nessa análise os parâmetros do Banco Mundial de US\$1,90 para extrema pobreza e US\$ 5,50 para a pobreza, em termos de Poder de Paridade de Compra a preços internacionais de 2011, dentre outras linhas de pobreza utilizadas para diferentes propósitos no país.

“Quando falamos de pobreza, nesse estudo, estamos nos referindo à pobreza monetária, ou seja, por insuficiência de renda, sem considerar outras dimensões, como acesso à educação, saúde e moradia adequada”, ressalta Barbara Cobo, analista do IBGE.

A incidência de extrema pobreza em 2020 ficou estável quando comparada a 2012, início da série, aumentou frente a 2014, ano com menor nível no indicador, e caiu em relação a 2019. Já a proporção de pessoas em situação de pobreza em 2020 caiu em relação a 2012, ficou estável frente a 2014 e reduziu-se em comparação a 2019.

“É importante frisar que esse comportamento foi muito diferente regionalmente. Considerando a linha de US\$ 5,50, por exemplo, Norte e Nordeste tiveram quedas em relação a 2019, enquanto Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram estabilidade. O comportamento Brasil foi muito influenciado pelo que aconteceu nas regiões Norte e Nordeste”, destaca Cobo.

Pela primeira vez, o IBGE avaliou o impacto dos programas sociais na incidência de pobreza e extrema pobreza no país. Em um cenário hipotético sem o pagamento de benefícios, de 2012 a 2019, a proporção de pessoas nessas condições estaria num patamar de 2 a 3 pontos percentuais mais elevado, mas o comportamento do indicador seria o mesmo.

Porém, em 2020, ano afetado pela pandemia de coronavírus, o impacto da concessão de programas sociais se intensifica: a diferença de patamar com e sem os benefícios seria de 7,2 pontos percentuais para extrema pobreza e 8,0 pontos percentuais para pobreza. Além disso, haveria uma inversão no comportamento do indicador em relação ao ano anterior, e a proporção de pessoas em extrema pobreza e pobreza teria aumentado ao invés de diminuído.

O índice de Gini, indicador que mede a desigualdade na distribuição de renda, ficou em 0,524 em 2020, registrando queda de 3,7% em relação a 2019 (0,544).



As centrais sindicais brasileiras divulgaram nota na segunda-feira (7) convocando trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil para a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat 2022 - Emprego, Direitos, Democracia e Vida).

A Conferência, que será realizada em 07 de abril, vai apresentar à classe trabalhadora e a toda a sociedade propostas de geração de empregos de qualidade, aumento dos salários, proteção dos direitos trabalhistas, combate às desigualdades, proteções sociais e previdenciárias, a defesa da democracia, da soberania e da vida.

Além disso, vai apresentar as reivindicações do conjunto das Centrais Sindicais para garantir a inclusão e o protagonismo da classe trabalhadora no debate eleitoral e no pós-eleições. Essa pauta será entregue aos candidatos e candidatas à Presidência da República e ao Congresso Nacional.

#### **Nota das Centrais Sindicais: CONCLAT 2022 – Emprego, Direitos, Democracia e Vida:**

Na esteira da oportunidade e desafio de mudar os rumos do desenvolvimento do país, depois de um longo período de resistência e luta aos ataques sem precedentes impostos pelo atual governo, que ignora e persegue a classe trabalhadora e seus legítimos representantes, as Centrais Sindicais, de forma unitária, convocam trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil para a Conclat 2022 - Emprego, Direitos, Democracia e Vida.

A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora será realizada em 07 de abril, no formato híbrido (presencial e virtual), sob todos os protocolos sanitários, em São Paulo capital, com transmissão por TV e redes sociais do movimento sindical. Na conferência, será lançada a Pauta da Classe Trabalhadora 2022, que está em elaboração.

Essa Pauta vai apresentar à classe trabalhadora e a toda a sociedade um conjunto de propostas que espelham o modelo de desenvolvimento necessário para o Brasil gerar empregos de qualidade, crescimento dos salários, proteção dos direitos trabalhistas, combate às desigualdades, proteções sociais e previdenciárias, a defesa da democracia, da soberania e da vida.

Além de propostas, o documento trará as reivindicações do conjunto das Centrais Sindicais para garantir a inclusão e o protagonismo da classe trabalhadora no debate eleitoral e no pós-eleições. Essa Pauta será entregue aos candidatos/as à Presidência da República e ao Congresso Nacional.

As Centrais Sindicais orientarão suas entidades e sindicatos a realizarem encontros estaduais e regionais, após a Conclat, para definir ações e propostas locais, a partir delas, produzir Pauta Unitária local, complementar à pauta nacional, que também será entregue aos candidatos aos executivos e legislativos nos estados, além de articular as ações locais conjuntas. As Centrais Sindicais destacam a importância de iniciativas para eleger lideranças comprometidas com a pauta da classe trabalhadora nas eleições de outubro.

O objetivo é contribuir para superar o caos instalado no país por um governo que aprofundou o desemprego e a pobreza, aumentou a carestia e a fome, deixando milhões no desalento e abandono, confrontou a ciência e a saúde na pandemia, sabotou vacinas e o SUS. Mais do que nunca, o Brasil precisa de uma Pauta da Classe Trabalhadora que exija o compromisso de mudanças no rumo do desenvolvimento brasileiro, com ênfase nas questões do trabalho, na proteção da vida e no fortalecimento da democracia.

Os números comprovam a destruição enfrentada pelo Brasil e pelos brasileiros: hoje, desempregados, subocupados e pessoas fora do mercado de trabalho, mas que precisam trabalhar, somam 29,1 milhões, ou seja, 25% da força de trabalho brasileira ou estão sem emprego ou estão no subemprego. 41 milhões de trabalhadores são informais; no setor privado, 1 a cada 4 trabalhadores não tem carteira de trabalho assinada.

Enquanto os juros sobem a dois dígitos, 116,8 milhões de brasileiros não têm acesso pleno e permanente a alimentos. Desses, 19 milhões passam fome. A morte por Covid já matou mais de 630 mil pessoas, volta a subir e o governo questiona a vacinação de crianças. Não aceitamos e não queremos esse modelo de país!

Por fim, ao realizar a Conclat 2022 e oferecer com transparência, democraticamente, à sociedade nossas propostas, reafirmamos nossas convicções de que a consolidação e o amadurecimento da democracia no país passam necessariamente pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil e, dentre elas, o maior segmento organizado do povo brasileiro, que são os trabalhadores e as trabalhadoras representados pelas entidades do movimento sindical.